

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
Criciúma/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	468.510	352.773	CIRCULANTE	193.788	140.387
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	9.866	7.440	DEPÓSITOS (NOTA 12)	115.202	83.134
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.833	-	Depósitos à Vista	89.498	75.677
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.833	-	Depósitos Interfinanceiros	1.756	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	100.702	-	Depósitos a Prazo	23.948	7.457
Carteira Própria	100.702	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.299	30.932
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	115.391	151.915	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	2
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	2	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	39.299	30.930
Correspondentes no país	128	8	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	381	288
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	115.263	151.905	Recursos em Trânsito de Terceiros	381	288
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	212.652	173.891	OUTRAS OBRIGAÇÕES	38.906	26.033
Operações de Crédito	222.722	180.716	Cobrança e Arrecadação de Tributos	100	89
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.070)	(6.825)	Sociais e Estatutárias	5.174	3.885
OUTROS CRÉDITOS	24.639	17.469	Fiscais e Previdenciárias	768	652
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 07)	-	7	Diversas (NOTA 14)	32.864	21.407
Rendas a Receber	411	427			
Diversos (NOTA 07 e 08)	24.618	17.241			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(390)	(206)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	3.427	2.058			
Outros Valores e Bens	3.397	2.038			
(Provisão para desvalorização)	(14)	(4)			
Despesas Antecipadas	44	24			
NÃO CIRCULANTE	167.992	134.869	NÃO CIRCULANTE	356.084	283.650
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	167.992	134.869	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	356.084	283.650
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	3.747	7.716	DEPÓSITOS (NOTA 12)	344.165	276.753
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.747	7.716	Depósitos Interfinanceiros	-	1.657
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	149.542	114.717	Depósitos a Prazo	344.165	275.096
Operações de Crédito	156.293	118.401	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	6.815	1.793
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.751)	(3.684)	Repasse Interfinanceiros	6.815	1.793
OUTROS CRÉDITOS	14	51	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	5.104	5.104
Diversos (NOTA 07 e 08)	14	51	Diversas	5.104	5.104
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	4.599	3.920	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86.630	63.605
Outros Investimentos	4.599	3.920	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	39.849	31.760
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	7.369	5.434	De Domiciliados no País	53.135	39.309
Outras Imobilizações de Uso	12.155	9.230	(Capital a Realizar)	(13.286)	(7.549)
(Depreciação acumulada)	(4.786)	(3.796)	RESERVAS DE SOBRAS	43.222	28.909
INTANGÍVEL (NOTA 11)	2.721	3.031	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.559	2.936
Outros Ativos Intangíveis	5.849	5.475			
(Amortização acumulada)	(3.128)	(2.444)			
TOTAL DO ATIVO	636.502	487.642	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	636.502	487.642

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.276	-	35.276	68.018	3	68.021	53.839	-	53.839
Operações de Crédito	34.652	-	34.652	67.162	3	67.165	53.107	-	53.107
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	624	-	624	856	-	856	732	-	732
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.325)	(93)	(16.418)	(32.602)	(146)	(32.748)	(22.505)	(23)	(22.528)
Operações de Captação no Mercado	(9.641)	(93)	(9.734)	(18.694)	(146)	(18.840)	(14.328)	(23)	(14.351)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.108)	-	(1.108)	(2.068)	-	(2.068)	(1.710)	-	(1.710)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.576)	-	(5.576)	(11.840)	-	(11.840)	(6.467)	-	(6.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.951	(93)	18.858	35.416	(143)	35.273	31.334	(23)	31.311
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.725)	1.506	(6.219)	(14.369)	2.618	(11.751)	(14.307)	1.302	(13.005)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.045	2.867	6.912	7.888	5.536	13.424	6.840	4.028	10.868
Rendas de Tarifas Bancárias	3.485	-	3.485	6.404	-	6.404	5.494	-	5.494
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.286)	(572)	(8.858)	(15.630)	(1.134)	(16.764)	(13.796)	(738)	(14.534)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.075)	(923)	(8.998)	(15.666)	(1.737)	(17.403)	(14.115)	(1.458)	(15.573)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(35)	(146)	(181)	(69)	(285)	(354)	(85)	(236)	(321)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	6.570	527	7.097	12.881	698	13.579	10.785	43	10.828
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.429)	(247)	(5.676)	(10.177)	(460)	(10.637)	(9.430)	(337)	(9.767)
RESULTADO OPERACIONAL	11.226	1.413	12.639	21.047	2.475	23.522	17.027	1.279	18.306
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(34)	-	(34)	12	29	41	996	54	1.050
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.192	1.413	12.605	21.059	2.504	23.563	18.023	1.333	19.356
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	107	107	-	(185)	(185)	-	(6)	(6)
Provisão para Imposto de Renda	-	72	72	-	(105)	(105)	-	(3)	(3)
Provisão para Contribuição Social	-	35	35	-	(80)	(80)	-	(3)	(3)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.371)	-	(1.371)	(2.538)	-	(2.538)	(2.096)	-	(2.096)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.821	1.520	11.341	18.521	2.319	20.840	15.927	1.327	17.254
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.319	(2.319)	-	1.327	(1.327)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.821	1.520	11.341	20.840	-	20.840	17.254	-	17.254
DESTINAÇÕES	-	-	-	(17.281)	-	(17.281)	(14.318)	-	(14.318)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.740)	-	(1.740)	(1.403)	-	(1.403)
Fates - Estatutário	-	-	-	(890)	-	(890)	(734)	-	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.566)	-	(11.566)	(9.544)	-	(9.544)
Reserva de Expansão	-	-	-	(1.441)	-	(1.441)	(1.189)	-	(1.189)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.306)	-	(1.306)	(1.169)	-	(1.169)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(338)	-	(338)	(279)	-	(279)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.559	-	3.559	2.936	-	2.936

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC

CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	25.145	16.238	-	2.846	44.229
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.874	-	-	(1.874)	-
Destinações para reservas	-	-	769	(769)	-
Outras destinações	-	-	-	(203)	(203)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.204	-	-	-	5.204
Baixas de capital	(1.837)	-	-	-	(1.837)
Resultado do período	-	-	-	17.254	17.254
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(734)	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.544	-	(9.544)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.189	(1.189)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.374	-	-	(1.403)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.169	-	(1.169)	-
Outras Destinações	-	-	-	(279)	(279)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	31.760	26.951	1.958	2.936	63.605
Mutações do Período	6.615	10.713	1.958	90	19.376
Saldos no início do período em 01/01/2019	31.760	26.951	1.958	2.936	63.605
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.916	-	-	(2.916)	-
Outras destinações	-	-	-	(20)	(20)
Capital de associados					
Aumento de capital	6.070	-	-	-	6.070
Baixas de capital	(2.576)	-	-	-	(2.576)
Resultado do período	-	-	-	20.840	20.840
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(890)	(890)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.566	-	(11.566)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.441	(1.441)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.679	-	-	(1.740)	(61)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.306	-	(1.306)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(338)	(338)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.849	39.823	3.399	3.559	86.630
Mutações do Período	8.089	12.872	1.441	623	23.025
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	36.160	26.951	1.958	9.499	74.568
Capital de associados					
Aumento de capital	3.143	-	-	-	3.143
Baixas de capital	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Resultado do período	-	-	-	11.341	11.341
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(890)	(890)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.566	-	(11.566)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.441	(1.441)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.679	-	-	(1.740)	(61)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.306	-	(1.306)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(338)	(338)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.849	39.823	3.399	3.559	86.630
Mutações do Período	3.689	12.872	1.441	(5.940)	12.062

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	13.973	28.433	21.427
Resultado do semestre/exercício	11.341	20.840	17.254
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.632	7.593	4.173
Provisão para operações de crédito	2.319	6.312	2.939
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	10	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	99	184	64
Depreciação do imobilizado de uso	572	1.093	858
Amortização do intangível	357	684	597
Baixas do ativo permanente	28	41	103
Provisão para passivos contingentes	160	148	344
Destinações ao FATES	(890)	(890)	(734)
Dividendos SicrediPar	(13)	11	2
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(71.695)	(61.602)	39.163
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	521	2.136	(7.003)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(100.702)	(100.702)	27.509
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.948	2	8
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(70)	(120)	7
(Aumento) em operações de crédito	(46.801)	(79.898)	(95.084)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.667	13.389	12.587
(Aumento) em outros créditos	(5.500)	(7.328)	(5.766)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.836)	(1.379)	(412)
Aumento em depósitos	58.378	99.480	99.889
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(73)	93	(68)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(1.356)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(194)	(424)	(365)
Aumento em outras obrigações	12.967	13.149	9.217
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(57.722)	(33.169)	60.590
Aquisição de Investimentos	(679)	(679)	(352)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.892)	(3.069)	(2.205)
Aplicações no Intangível	(126)	(374)	(1.310)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.697)	(4.122)	(3.867)
Integralização de capital	3.142	6.070	5.204
Baixa de capital	(1.133)	(2.576)	(1.837)
Juros ao capital próprio	(60)	(61)	(29)
Distribuição de Sobras	-	(20)	(203)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	(338)	(279)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.949	3.075	2.856
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(58.808)	(34.216)	59.579
Caixa e equivalente de caixa no início do período	183.937	159.345	99.766
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	125.129	125.129	159.345

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/07/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	9.866	7.440
Caixa	9.866	7.440
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	115.263	151.905
Total	125.129	159.345

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.833	-
DI entre Banco e Cooperativas	1.833	-
Total circulante	1.833	-

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.747	7.716
DI entre Banco e Cooperativas	3.747	6.654
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.062
Total não circulante	3.747	7.716

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	100.702	-
Total circulante	100.702	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	158.183	119.877	278.060	230.424
Financiamentos	25.894	31.172	57.066	37.109
Financiamentos rurais e agroindustriais	38.645	5.244	43.889	31.584
Carteira total	222.722	156.293	379.015	299.117

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	-	-	-	7
Devedores por compra de valores e bens	3	7	10	73
Títulos e créditos a receber (i)	23.363	7	23.370	15.671
Total	23.366	14	23.380	15.751

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	127	177	-	-
Nível A	0,50	159.490	142.272	797	711
Nível B	1,00	135.183	106.257	1.353	1.062
Nível C	3,00	66.420	42.765	1.993	1.283
Nível D	10,00	22.543	13.666	2.254	1.367
Nível E	30,00	8.727	3.249	2.618	975
Nível F	50,00	1.458	1.714	729	857
Nível G	70,00	3.267	1.027	2.287	719
Nível H	100,00	5.180	3.741	5.180	3.741
Total (i)		402.395	314.868	17.211	10.715

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 1 (2018 - R\$ (1)).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.901	20.984	17.651	23.481	64.017	41.746
Rural	40	6.978	31.627	5.244	43.889	31.584
Industrial	517	17.796	13.962	22.397	54.672	54.707
Comércio	1.453	30.641	36.534	47.556	116.184	99.069
Outros Serviços	792	30.669	34.543	57.629	123.633	87.762
Total	4.703	107.068	134.317	156.307	402.395	314.868

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	36.250	9,01	27.897	8,86
50 devedores seguintes	84.430	20,98	73.585	23,37
100 devedores seguintes	70.182	17,44	58.750	18,66
Demais	211.533	52,57	154.636	49,11
Total	402.395	100	314.868	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	10.715	7.712
Constituição de provisão	11.840	6.467
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.344)	(3.464)
Saldo final	17.211	10.715

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.194 (2018 - R\$ 1.642), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.460 (2018 - R\$ 10.833).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	9	83
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	440	289
Devedores por compra de valores e bens	3	23
Devedores por depósitos em garantia	199	57
Impostos e contribuições a compensar	121	360
Títulos e créditos a receber (ii)	23.363	15.670
Cotas de consórcio	63	265
Operações com cartões	305	300
Pendências a regularizar	41	85
Outros	74	109
Total Circulante	24.618	17.241

Devedores por compra de valores e bens	7	50
Títulos e créditos a receber (ii)	7	1
Total não circulante	14	51

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.390	2.030
Imóveis	3.159	1.687
Veículos e afins	91	343
Máquinas e equipamentos	140	-
Material em estoque	7	8
Despesas antecipadas	44	24
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(14)	(4)
Total Circulante	3.427	2.058

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 14 (2018 - R\$ 4) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	2.546	2.369
Sicredi Participações S.A.	2.051	1.549
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	4.599	3.920

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	829.571 ON	502.150 ON	2	2	2.545.936	2.369.320
	1.724.160 PN	1.046.231 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,24%	0,18%	1,24%	1,24%	0,65%	0,62%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	2.051	1.549	2	2	2.546	2.369

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.155	(4.786)	7.369	5.434
Imobilizações em curso	-	2.056	-	2.056	639
Instalações	10%	3.739	(1.452)	2.287	1.652
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.950	(1.331)	1.619	1.627
Sistema de comunicação	10%	167	(58)	109	83
Sistema de processamento de dados	20%	2.432	(1.573)	859	976
Sistema de segurança	10%	575	(239)	336	306
Sistema de transporte	20%	236	(133)	103	151
Intangível (i)		5.849	(3.128)	2.721	3.031
Investimentos Confederação		5.849	(3.128)	2.721	3.031
Total		18.004	(7.914)	10.090	8.465

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	89.498	-	-	89.498
Depósitos Interfinanceiros	-	1.756	-	1.756
Depósitos a prazo	5.304	18.644	344.165	368.113
Total	94.802	20.400	344.165	459.367

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	39.299	30.930
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	39.299	30.930
Total circulante	39.299	30.930
Recursos do Crédito Rural	6.815	1.793
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.815	1.793
Total não circulante	6.815	1.793

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	4.222	550
Obrigações por convênios oficiais	1	-
Provisão para pagamentos a efetuar	1.688	1.610
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	987	838
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	670	451
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	67	76
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (iii)	28	37
Pendências a regularizar	218	221
Operações com cartões	22.983	15.857
Demais fornecedores	363	325
Credores diversos	1.637	1.442
Total circulante	32.864	21.407
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	1.604	1.604
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (iii)	3.500	3.500
Total não circulante	5.104	5.104

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em outubro de 2017 com vencimento em outubro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	113	-	(68)	45
Cível	726	473	(257)	942
Total	839	473	(325)	987

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	45	113
Cível	Provável	942	726
Total		987	839

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 15; R\$ 499; R\$ 47 (2018 - R\$ 448, R\$1.029), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	39.849	31.760
Total de associados	21.752	19.462

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.089 (2018 – R\$ 6.615), sendo R\$ 4.595 (2018 – R\$ 3.248) via integralização de resultados e R\$ 6.070 (2018 – R\$ 5.204), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.576 (2018 – R\$ 1.837).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta capital, no montante de R\$ 1.740, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 8,1% para a Reserva de Expansão e 1,9% para Outras Destinações referente a Devolução a SFG.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 125 (R\$ 1.098 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	21.025	17.260
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.410)	(5.524)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	7	-
Provisão resgate de milhas cartão	24	(45)
Brindes e Doações	(26)	(9)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(6)	16
Receita com atos cooperativos	7.408	5.097
Juros sobre capital próprio	696	449
Prejuízo fiscal	93	2
Lucros e dividendos	5	8
Outros	24	-
Subtotal	8.225	5.518
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(185)	(6)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.580	7.716
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	100.702	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	115.263	151.905
Outros Créditos - Rendas a receber	296	328
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	444	293
Investimentos (Nota 10)	4.599	3.920
Intangível (Nota 11)	2.721	3.031
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.755	1.657
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	46.114	32.723
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	22.798	15.338
Principal e juros dívida subordinada	1.671	1.680
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	856	731
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.424	1.760
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	10.631	7.816
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	125	1.098
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	99	-
Operações de Empréstimos e Repasses	2.068	1.710
Outros Dispersões e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.441	1.199
Outros Dispersões e Despesas Operacionais (Nota 22)	5.154	4.697

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	152	0,17%	61
Depósitos a prazo	3.916	1,06%	6.864
Operações de crédito	168	0,04%	145

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.575	1.482

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	404	348
Despesa de aluguéis	2.281	2.017
Despesa de comunicação	1.042	1.119
Despesa de manutenção e conservação	1.218	1.084
Despesa de material	216	344
Despesa processamento dados	457	434
Despesa de promoções e relações públicas	1.352	1.201
Despesa de propaganda e publicidade	717	479
Despesa de seguro	67	68
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.212	2.087
Despesa de serviços de terceiros	709	367
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.213	1.155
Despesa de serviços de técnicos especializados	992	826
Despesa de serviços de transportes	948	888
Despesa de viagem	129	131
Despesa de depreciação e amortização	1.093	858
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	684	597
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	424	365
Outras despesas administrativas	1.245	1.205
Total	17.403	15.573

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	310	821
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.519	7.683
Reversão de provisões operacionais	1.883	1.808
Outras rendas operacionais	867	516
Total	13.579	10.828

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.181	669
Contribuições Cooperativistas	83	57
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	544	341
Contribuição Confederação Sicredi	4.342	3.818
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	366	403
Encargos da administração financeira	57	51
Repasse administradora de Cartões	183	183
Outras despesas de Cartões	1.018	851
Outras provisões operacionais	2.067	2.298
Outras despesas operacionais	796	1.096
Total	10.637	9.767

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	49.664	38.739
Total	49.664	38.739

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	88.107	65.119
Nível I (NI)	83.910	60.574
Capital principal - CP	83.910	60.574
Capital social	39.849	31.760
Reservas de capital	43.222	28.909
Lucros acumulados	3.559	2.936
Ajustes Prudenciais	(2.720)	(3.031)
Nível II (NII)	4.197	4.545
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	4.197	4.545
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	483.615	395.835
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	802	1.057
Margem de Capital (i)	36.524	22.499
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,22%	16,45%
Situação de Imobilização (Imob)	7.371	5.436
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,37%	8,35%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Erlí Silveira Lima
Diretor Executivo
CPF: 313.269.510-68

Paul Gerhard Enns
Diretor de Operações
CPF: 560.422.800-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20